

ANÁLISE DE PROCESSOS SOCIOESPACIAIS: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS A PARTIR DA TEORIA E DE RESULTADOS DE PESQUISAS

GERALDO MAGELA COSTA*
Universidade Federal de Minas Gerais

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de refletir sobre um processo de busca que vem se desenvolvendo ao longo do tempo com base em enfoques teórico-metodológicos que orientam a pesquisa em diversas disciplinas, visando a produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais. Por processos socioespaciais entende-se aqueles que cobrem um amplo espectro que tem início com a produção social do espaço no capitalismo, passando pelas formas de sua estruturação funcional e territorial (social) e chegando às formas de intervenção sobre esta estruturação, especialmente pelo poder público, por meio do planejamento e da gestão. Espera-se que o trabalho possa constituir-se em uma referência para o diálogo com aqueles que estão inseridos ou pretendem se inserir nesta linha de pesquisa e estudos.

Tem-se observado, em primeiro lugar, que esse processo de busca se dá pela adoção de enfoques teóricos que vão se sucedendo no tempo, o que certamente tem levado a avanços, mas também a riscos ou até mesmo equívocos, como consequência do abandono de enfoques com poder explicativo, frequentemente considerados como superados. A busca de novos paradigmas de análise urbana estaria, por exemplo, incorrendo no risco do abandono dos “fenômenos macrosociais” em favor do “objeto local”, do “microsocial”, do “cotidiano” (Topalov, 1988). Estaria sendo observada a substituição

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG. E-mail: gemcosta.bhz@terra.com.br

do enfoque da economia política urbana, por abordagens pós-estruturalistas (Fainstein, 1997). Há aí importantes questões que são desenvolvidas ao longo do trabalho.

Observa-se também que questões recentes ligadas às transformações nos processos produtivos, à alta mobilidade e flexibilidade da produção no tempo e no espaço, aos novos mercados globalizados e ao suposto predomínio, no atual estágio do capitalismo, das transações financeiras globalizadas, têm sido usadas como fatores explicativos de uma possível nova forma de estruturação do espaço em suas diversas escalas, sugerindo a constituição de um eventual novo paradigma de análise socioespacial.

Não há dúvidas que o entendimento desses fenômenos hoje observados é extremamente relevante para a análise das formas de organização socioespacial. No entanto, a produção do conhecimento não pode se dar simplesmente por meio da observação contingencial, por mais relevante que ela seja, o que justifica em parte a necessidade das reflexões que se pretende fazer no presente artigo. Para isto, considera-se fundamental não só a revisão de conceitos e enfoques que ao longo das últimas décadas têm orientado a análise dos processos socioespaciais, mas também o resultado de pesquisas, baseadas em hipóteses derivadas de tais conceitos e enfoques, o que irá realimentar a reflexão teórica e evitar possíveis fragmentações ou equívocos na (re)análise de permanências socioespaciais cristalizadas.

Reafirmando e ampliando o objetivo deste artigo, pode-se dizer que a intenção é caminhar na direção de um referencial teórico-metodológico para se entender os processos socioespaciais. Não se está aqui sugerindo a existência de uma teoria única, com poder explicativo sobre todas as transformações socioespaciais observadas, em especial aquelas relacionadas aos momentos mais recentes da chamada era urbano-industrial. Trata-se sim da identificação de certos conceitos e princípios teóricos que são capazes de se constituírem em pilares da produção do conhecimento das manifestações socioespaciais, resultantes do desenvolvimento do capitalismo especialmente nas formações sociais periféricas.

O tema em questão é desenvolvido a partir de duas hipóteses complementares. Do ponto de vista da teoria, sugere-se que a principal mudança observada, analisada e adotada, refere-se à introdução do conceito de espaço e de sua produção no capitalismo. Trata-se do resgate de um caminho, de uma outra ontologia na busca do conhecimento dos processos e das práticas socioespaciais e seu potencial de mudança social. No centro deste resgate estão certamente as contribuições teóricas de Henri Lefebvre, especialmente a sua proposta de uma teoria sobre a produção do espaço. No entanto, as contribuições de outros autores têm sido de fundamental importância neste processo de busca. Destacam-se, entre outras, as reflexões sobre a dialética socioespacial de Ed Soja (1993), toda uma obra de Milton Santos que culmina com a importante discussão sobre o território usado, o espaço geográfico e as possibilidades da luta cotidiana a partir do lugar; a imprescindível contribuição de Doreen Massey (1994) sobre a necessidade de se partir das relações sociais de produção e

reprodução como forma de se entender o potencial de mudança socioespacial das lutas cotidianas do lugar e no lugar; e também as contribuições de Manuel Castells (1996) sobre o modo de desenvolvimento informacional e a relação dialética entre os espaços de fluxos e dos lugares.¹

No desenvolvimento de pesquisas tais reflexões e contribuições, associadas a proposta metodológica de Martin Lu² sobre as conseqüências socioespaciais decorrentes da implantação de grandes empreendimentos econômicos, têm orientado o desenvolvimento de projetos de pesquisa sobre a produção e estruturação do espaço em diferentes contextos e escalas (Costa, 1998). Num primeiro momento, no entanto, pesquisas sobre as conseqüências de grandes projetos siderúrgicos tiveram seu suporte teórico no conceito de urbano, consumo coletivo e segregação socioespacial. Num segundo momento, as pesquisas passam a incorporar o conceito mais amplo de espaço socialmente produzido e estruturado, primeiramente com a continuidade de estudos de caso sobre o impacto de projetos siderúrgicos e, posteriormente, com a análise de processos mais complexos, envolvendo a metropolização e outros grandes projetos industriais mais identificados com o atual momento de reestruturação produtiva. Neste contexto, uma pesquisa sobre a Fiat Automóveis, na região metropolitana de Belo Horizonte, contribuiu para significativos avanços na produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais (Costa, 2003b). Para isto, as teorias sobre a produção e estruturação do espaço se mostraram mais apropriadas, em termos de poder explicativo, do que os conceitos urbano e regional, nos termos em que são considerados nas análises da economia política urbana.

Em síntese, pode-se dizer que a associação da discussão teórica sobre a produção do espaço com a prática da pesquisa baseada em hipóteses derivadas desta discussão tem contribuído para importantes avanços na busca do conhecimento dos processos e das práticas socioespaciais. No entanto, a produção do conhecimento é contínua e requer idas e voltas, da teoria para a prática da pesquisa e vice-versa, em um processo constante de avanço teórico-metodológico.

CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES DERIVADAS DAS PESQUISAS

Pesquisas realizadas nos anos setenta no Aglomerado Urbano do Vale do Aço, localizado a aproximadamente 200 km de Belo Horizonte e sede de duas grandes

¹ Tais idéias encontram-se parcialmente desenvolvidas em Costa (1999, 2003a)

² Martin Lu, analisando as conseqüências socioespaciais da implantação de grandes empreendimentos econômicos, sugere a existência de pelo menos dois tipos de entornos espaciais resultantes: o entorno funcional, criado a partir da nova lógica da produção e o entorno territorial, espaço do consumo, do cotidiano. Sua hipótese diz que estes dois entornos só serão coincidentes se houver a inserção regional do empreendimento. Resulta desta hipótese uma metodologia de análise socioespacial que tem dado suporte às minhas pesquisas. Tal proposta metodológica estará detalhada no decorrer deste texto.

siderúrgicas - Usiminas e Acesita - mostraram, em primeiro lugar, como este tipo de manifestação urbana se constitui em um excelente laboratório de observação dos processos socioespaciais. Trata-se de um espaço urbano que experimentou altos índices de crescimento populacional, onde os problemas urbanos, expressos especialmente na forma da segregação socioespacial, são muito mais visíveis e fáceis de serem empiricamente observados.

As contribuições teóricas relacionadas aos conceitos de condições gerais de produção, consumo coletivo, reprodução da força de trabalho (Castells, 1977), espoliação urbana (Kowarick, 1974, 1975, 1979), entre outros, mostraram-se, naquele momento, apropriadas para a análise. São identificadas basicamente duas formas de segregação. Uma planejada, entre a “cidade privada”, local de reprodução da força de trabalho diretamente empregada nas siderúrgicas e a “cidade pública”, expressão espacial do acelerado crescimento urbano resultante dos fluxos migratórios. Uma segunda forma de segregação socioespacial é identificada no interior da “cidade pública”, um resultado esperado do processo de urbanização característico dos países da periferia do capitalismo. Uma reflexão apressada sobre este tipo de resultado poderia levar à conclusão talvez equivocada de que a segregação socioespacial ali observada se dá de forma mais exacerbada do que em outras áreas urbanas do país, onde o nível de investimentos é menor, menos concentrado e o crescimento populacional é menos acelerado. No entanto, a análise realizada não permite chegar a este tipo de conclusão, uma vez que nem todas os processos que levam à segregação foram considerados.

Nas reflexões sobre os resultados da pesquisa (Costa, 1986, 1991), procura-se ressaltar a relevância dos conceitos utilizados para a análise da questão urbana no Brasil, diante da tendência, já em processo, de sua abordagem de forma fragmentada. Neste sentido foram bastante úteis as excelentes contribuições de Topalov (1988), conforme mencionado anteriormente neste artigo. Este autor alerta para o fato de que na busca de novos paradigmas de análise urbana, haveria o risco do abandono das abordagens macrossociais em favor de certos enfoques pós-estruturalistas que estariam fragmentando a realidade urbana. Este tipo de crítica é necessário, porém com o cuidado de não descartar os avanços que têm sido alcançados por análises de processos urbanos específicos, que levam em consideração diversidades e diferenças de caráter socioespacial. Ou seja, deve-se considerar que as análises que enfatizam somente os processos macrossociais são insuficientes para dar conta de certas especificidades da complexa estrutura socioespacial das cidades que poderão ser importantes, por exemplo, para a intervenção planejada e a orientação de novas formas de gestão. Mais adiante neste artigo procura-se ampliar a reflexão teórica sobre esta questão em torno de uma pergunta: estariam as questões levantadas por Topalov expressando um momento de crise ou de incertezas nas orientações teórico-metodológicas de análise urbana?

Um segundo momento de pesquisa dá continuidade à questão das conseqüências socioespaciais de grandes projetos industriais com um estudo de caso sobre a área de

influência da Açominas³, introduzindo, no entanto, novas orientações teóricas. A utilização de esquema metodológico, sugerido por Martin Lu (1987), amplia, em certos sentidos, o suporte teórico para o entendimento desse tipo de manifestação socioespacial em dinâmico processo de transformação. Neste caso, a análise foi além das questões relacionadas às conseqüências em termos de segregação socioespacial intraurbana, renunciando a percepção da necessidade de que análises deste tipo de questão requerem a aproximação teórica entre os processos e produção e reprodução do capital de um lado e, de outro lado, os processos e as práticas relacionadas à reprodução social.

Partindo da premissa de que há um imediato processo de desestruturação espacial promovido pelo impacto decorrente da implantação de um novo empreendimento econômico, a metodologia proposta sugere que a reestruturação espacial se dá por meio da formação de dois tipos de espaço complementares. O primeiro, denominado entorno funcional, o espaço da produção e não necessariamente de continuidade geográfica, é definido por fluxos de matéria-prima, de produtos, de informações, financeiros, entre outros, gerados a partir da operação do grande projeto. O segundo, o entorno territorial, o espaço do consumo e da reprodução social, de contigüidade imediata à localização do projeto, refere-se mais especificamente às novas aglomerações urbanas que surgem ou se alteram tanto pela necessidade de reprodução da força de trabalho do empreendimento quanto pelo contingente de migrantes em busca de novas oportunidades de trabalho e/ou de sobrevivência. O objetivo de Martin Lu era o de avaliar as possibilidades de inserção regional de grandes projetos. Sua hipótese sugeria que se os impactos positivos do projeto fossem retidos na região, haveria uma coincidência dos dois entornos acima mencionados e vice-versa. Com base neste suporte teórico e em análises empíricas a partir de informações de chamadas telefônicas, a pesquisa sobre os impactos da Açominas permitiu ampliar o conhecimento de processos socioespaciais específicos,⁴ além de contribuir para a construção de referencial teórico-metodológico que permitisse o entendimento de impactos decorrentes de empreendimentos econômicos de maior complexidade produtiva, a exemplo das montadoras de automóveis localizadas em áreas onde as densidades urbana e das condições gerais de produção estão consolidadas.

Essa forma de abordagem significou de fato uma mudança de enfoque metodológico na análise urbana e regional em que o conceito central passa de “urbano e regional” para “espaço”. Na verdade, o centro de preocupação da análise continua sendo os processos socioespaciais e o objeto de análise, a sociedade. O que muda, usando um termo empregado por Roberto Lobato Correia, é a objetivação. Se antes ela se dava pelo estudo do urbano, agora ela se dá por meio do conceito mais amplo de espaço

⁴ Os principais resultados da pesquisa estão contidos em Costa (1992).

³ Espaço formado pelas áreas urbanas dos municípios de Ouro Branco, Congonhas e Conselheiro Lafaiete, localizado a aproximadamente 100 km de Belo Horizonte, às margens da BR-040, que liga esta capital à cidade do Rio de Janeiro.

socialmente produzido. Gottdiener (1985) identifica esta diferença de enfoque nas obras de Castells e Lefebvre. Segundo ele, para Castells (1977) era importante especificar em termos teóricos o “urbano”, enquanto, para Lefebvre, a ênfase está no conceito de “espaço”. A análise de Castells acabou se voltando mais para explicar como os problemas urbanos são produzidos, a partir da adoção de um certo “funcionalismo estruturalista”, derivado do esquema proposto por Althusser para a análise da estrutura social. Não há novidade nesta crítica a Castells. A comparação com a proposta de Lefebvre, no entanto, traz boa contribuição ao avanço do conhecimento dos processos socioespaciais. “Lefebvre desenvolveu uma teoria marxista de espaço com o objetivo de dar forma ao que ele denomina *praxis* sócio-espacial” (Gottdiener, 1985: 116).

O caso da Fiat Automóveis em Betim na região metropolitana de Belo Horizonte mostrou-se como um bom laboratório para a pesquisa a partir desse enfoque e a consequente reflexão na direção de avanços no conhecimento dos processos socioespaciais (urbanos) (Costa, 1996, 2003b). Observam-se ali manifestações urbanas complexas relacionadas tanto à periferização em uma região metropolitana, quanto a um processo industrial dinâmico e moderno, identificado com o momento atual de reestruturação da produção industrial. A conjunção de velhas formas de estruturação espacial metropolitana, relacionadas a causas determinantes da expansão e crescimento de periferias urbanas e de eventuais novas formas de manifestações urbanas devidas à presença de uma indústria internacionalizada - que vem passando por processos de transformação produtiva e organizacional e de novas formas de relações de mercado -, mostrou-se um caso empírico bastante apropriado para a análise de manifestações socioespaciais recentes e complexas.

Apoiando-se em pressupostos teóricos relacionados a esses processos (Lu, 1987; Lefebvre, 1979, 1993), procurou-se então levantar algumas hipóteses sobre as consequências socioespaciais decorrentes da implantação da Fiat Automóveis no ambiente urbano de Betim e da região metropolitana de Belo Horizonte. Tais hipóteses apontam a insuficiência das abstrações teóricas das abordagens sobre a produção do espaço, indicando a necessidade de estudos empíricos especificamente relacionados a particularidades dos processos socioespaciais observados. O bairro Jardim Terezópolis em Betim, que surgiu e cresceu em estreita relação como a fábrica da Fiat, foi considerado como um bom caso a ser analisado, com potencial para subsidiar avanços sobre o tema. O bairro caracteriza-se pela pobreza generalizada, uma verdadeira favela, onde, além dos baixos ganhos derivados das ocupações, observa-se a precariedade generalizada da infraestrutura urbana, especialmente o esgotamento e a drenagem sanitários.

A motivação para se realizar pesquisas empíricas sobre o bairro Jardim Terezópolis foi a de procurar discutir em um maior grau de aproximação e concretude as manifestações de exclusão socioespacial recentes. Parte-se do pressuposto de que a exclusão socioespacial, apesar de ser um fato inerente às formações sociais na periferia do capi-

talismo e que neste momento de globalização e de reestruturação produtiva ela pode estar se agravando, não deve ser tomada como uma conclusão única e definitiva. Algumas interpretações correntes afirmam que a homogeneização do espaço de suporte ao processo seletivo de desenvolvimento capitalista estaria também e ao mesmo tempo criando fragmentos, expressão da exclusão inerente a tal processo. As hipóteses que orientaram a pesquisa sugerem que manifestações de exclusão socioespacial podem conter especificidades que vão além de uma interpretação baseada apenas na oposição binária entre espaço da produção e espaço da reprodução social.

O suporte teórico para a formulação de hipóteses veio essencialmente da contribuição de Lefebvre (1979: 241) sobre o confronto entre espaço abstrato, ou a “externalização de práticas econômicas e políticas que originam com a classe capitalista e o Estado”, e espaço social, “ou o espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana”. Com uma pesquisa empírica, de base domiciliar, procurou-se identificar as práticas socioespaciais cotidianas dos moradores do bairro que pudessem constituir uma forma de luta, resultante do conflito acima mencionado, objetivando o resgate do valor de uso do espaço da tendência em transformar este mesmo espaço em valor de troca.

Em um primeiro momento da análise, produziu-se um retrato tanto da cidade de Betim quanto do bairro Jardim Terezópolis, com base em dados dos censos demográficos. Esses dados revelaram uma manifestação urbana fragmentada e marcada pela exclusão social. A pesquisa domiciliar contribuiu, no entanto, para identificar algumas particularidades que, analisadas, permitiram avançar no entendimento de novos aspectos socioespaciais específicos do lugar e, acredita-se, do processo recente de urbanização no Brasil.

As especificidades do lugar que permitiram tais avanços são: a forma como a Fiat Automóveis contribui para um certo processo de ‘transferência de renda’ local, fazendo com que os moradores do bairro possam ser considerados como marginalmente incluídos na dinâmica econômica municipal e metropolitana; os bons serviços de educação e de saúde oferecidos pela Prefeitura de Betim; e a relativa boa localização do bairro em relação a possíveis postos de trabalho na região metropolitana de Belo Horizonte. Este conjunto de aspectos, associados a outros considerados positivos pelos entrevistados, a exemplo da solidariedade da vizinhança, contribuiu para interpretar o clima de esperança e otimismo em relação às perspectivas de vida no bairro, identificado na aplicação da pesquisa. O senso de identidade dos moradores com o lugar, no entanto, não pode ser entendido como sendo uma forma de manifestação coesa de uma comunidade consolidada. Não se constatou também qualquer manifestação de ação conjunta dos moradores que pudesse ser identificada com uma luta do espaço social contra a massiva predominância do espaço abstrato, nos termos sugeridos por Lefebvre. Daí a importância de certas contribuições teóricas discutidas por Milton Santos (1996) sobre o potencial do impacto da novidade como fonte de novas descobertas e novos conhecimentos para o indivíduo imigrante, e que poderiam levar a práticas emancipadoras.

PRIMEIRAS REFLEXÕES⁵

Os moradores do bairro Jardim Terezópolis são, em sua maioria, imigrantes pobres e recentes, que começaram a ocupar o lugar somente a partir de meados dos anos setenta. Um primeiro aspecto a ser considerado para reflexão diz respeito ao que Milton Santos se refere como o impacto do contato do migrante com uma nova realidade ou um novo ambiente. Ele diz: “Ao contrário do que deseja acreditar a teoria atualmente hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante...), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil”. O autor também afirma que “nos dias atuais, [quando] os eventos são mais numerosos e inéditos em cada lugar, a reinserção ativa, isto é, consciente, no quadro de vida, local ou global, depende cada vez menos da experiência e cada vez mais da descoberta” (Santos, 1996: 264). Um momento de perplexidade seria imediatamente seguido da necessidade de orientação em relação à nova realidade, por meio da luta cotidiana.

Avançando na análise, vale observar que este tipo de crença explicitado por Santos não tem como suporte o conceito de comunidade. Ou seja, a eventual fonte potencial de mudança social acima, mencionada pelo autor, não depende da existência de uma comunidade que poderia ser identificada com o lugar. Na mesma direção, Harvey (1996: 426) em sua discussão sobre esta questão argumenta que:

Uma visão mais dialética consideraria que entidades como comunidades, ainda que não sem significação, não podem ser entendidas independentes do processo social que as geram, sustentam e também as dissolvem e que são esses processos socioespaciais que são fundamentais para a mudança social.

Doreen Massey também oferece boa contribuição a esta discussão quando afirma que “há muito tempo tem sido mais a exceção do que a regra [considerar] que lugar poderia ser simplesmente equiparado a comunidade e desta forma proporcionar uma base estável para identidade” (1994: 163). Continuando suas reflexões, Massey sugere que um dos problemas nesta discussão “tem sido a identificação persistente de lugar com ‘comunidade’ (...). De um lado, comunidades podem existir sem ser no mesmo lugar (...). De outro lado, os casos de lugares abrigando ‘comunidades’ singulares no sentido de grupos sociais coerentes são provavelmente (...) muito raros”. Em seguida, a autora diz que “o que dá a um lugar sua especificidade não é alguma longa história internalizada, mas o fato de que ela é construída a partir de uma constelação particular

⁵ A reflexão a seguir apresentada é, com pequenas modificações, parte de um texto escrito para apresentação oral no 94th Annual Meeting of the Association of American Geographers (AAG), realizada em Boston, USA, em março de 1998.

de relações sociais, que se encontram e se tecem juntas em um ‘locus’ particular” (Massey, 1994: 153-154). Portanto, quando se refere a uma “constelação particular de relações sociais”, Massey está dando mais concretude às reflexões de Milton Santos acima apresentadas. Ou seja, não basta a crença no potencial de mudança do migrante, do pobre. É necessário identificar concretudes teórica e real. Finalmente, conceituando lugar como “constituídos a partir de um conjunto particular de relações sociais que interagem em uma localização particular”, relações sociais estas que “se constroem pela sua natureza dinâmica e de mudança” Massey (1994: 168-169), completa uma série de idéias teóricas que são úteis para uma interpretação dos processos socioespaciais a partir da observação empírica realizada.

A pesquisa não permite, no entanto, dizer que há uma identidade espacial consolidada, construída a partir de um conjunto de relações sociais no bairro. O que a pesquisa tornou possível foi sugerir que existe um senso de identificação dos moradores com o lugar. Entre as principais razões para isto, como foi dito anteriormente, estão provavelmente a inserção econômica marginal por meio de um perverso, porém real, processo de transferência de renda, a boa localização na região metropolitana, as facilidades em termos de serviços comerciais e, principalmente, a provisão de bons serviços de saúde e educação existentes no bairro. Poder-se-ia dizer que isto não é muito para ser considerado como uma base para a identificação espacial. Entretanto, deve-se considerar, como o faz Castells (1997: 425), que a vida dos habitantes é também marcada pelas características dos lugares. Assim, “eles são de fato bons e maus lugares dependendo do julgamento de valor sobre o que é uma vida boa”.

Não se tem certeza se esse senso de identificação pode ser considerado como embrião de práticas socioespaciais concretas e mais generalizadas, que objetivem a extensão das condições sociais de reprodução e mudança social. A introdução da discussão política sobre a gestão local, entretanto, pode contribuir para um melhor entendimento desta questão. Não é novidade no Brasil a emergência de formas democráticas e socialmente comprometidas de gestão local, que estão contribuindo para a consolidação da participação nos processos de decisão. Betim, onde o bairro Jardim Terezópolis está localizado, vinha experimentando este tipo de política local já em sua segunda administração, no momento em que a pesquisa foi realizada. Sugere-se que é razoável supor que este fato contribuiu para explicar o sentimento de esperança e otimismo observado entre os moradores do bairro, uma vez que a administração local foi responsável pela boa qualidade dos serviços urbanos que eles mais valorizam.

Se este tipo de gestão local tem chance de se consolidar e contribuir para um processo mais generalizado de mudança política e transformação social, é uma questão que ainda precisa ser mais bem estudada. A literatura recente sobre esta questão tem considerado que estas experiências políticas locais podem significar um bom começo no sentido de ‘reconstruir a democracia’. Castells, por exemplo, quando discute os possíveis embriões de novas políticas democráticas em todo o mundo, destaca a ação dos

estados locais. Em suas próprias palavras: “Em muitas sociedades por todo o mundo, democracia local (...) parece estar florescendo, pelo menos em termos relativos à democracia nacional”. Lembrando que há limites a este tipo de localismo, uma vez que ele pode acentuar a fragmentação do estado nacional, Castells conclui dizendo que “estritamente em termos de observação, as mais poderosas tendências no sentido de legitimar a democracia em meados dos anos noventa estão ocorrendo, em todo mundo, ao nível local” (1997: 350).

Constatar tais evidências não significa, no entanto, acreditar que tal tipo de ação seja suficiente para mudanças radicais. Como Harvey diz, “Resistência regional, as lutas por autonomia local, organizações de interesses locais, podem ser excelentes bases para ação política, mas elas não podem suportar sozinhas o peso da mudança histórica radical” (1989: 303). De outro lado, no entanto, concorda-se com Massey, quando ela diz que localidades “têm que ser construídas através de conjuntos de relações sociais que as ligam inextricavelmente a arenas mais amplas e outros lugares” (1994: 142), (re)afirmando sua crença na mudança social e política a partir de um crescente processo de construção democrática de base local.

Finalmente, mas não menos importante, resta a questão da diferença geográfica, como uma importante dimensão da discussão aqui desenvolvida. Ou seja, caberia perguntar se, tendo sido observado algum avanço no processo de construção das bases de mudança política e social, nos termos acima desenvolvidos, isto significaria também que haveria a possibilidade de eliminar diferenças socioespaciais. Harvey, enquanto continua se auto denominando um socialista que tem “uma certa ligação com o princípio de igualdade”, reconhece que “isto não pode significar a eliminação de todas as formas de diferença geográfica” (1994: 4-5). Em outro momento ele sugere que “Emanipação deveria significar a produção de diferença, até mesmo constituir um terreno para contestação nas ou entre diferenças, mais do que suprimi-las” (1996: 433). Uma afirmação conclusiva que ele faz sobre a questão socialista diz: “Socialismo tem que ser entendido como um projeto político, como uma visão alternativa de como a sociedade funcionará, como relações sócio-ecológicas se desdobrarão, como potencialidades humanas podem ser realizadas mesmo que dentro de uma geografia da diferença”. Enquanto esta visão de socialismo aceita, nas próprias palavras de Harvey “diferenças geográficas de um certo tipo benigno”, o espaço socialista de Lefebvre (1979: 293) o “espaço da diferença”, está, de uma forma dinâmica, relacionado à idéia de uma luta cotidiana que, ao mesmo tempo em que constrói o ‘espaço diferencial’, busca a supressão de diferenças espaciais por meio do resgate do espaço do valor de uso, o espaço da apropriação social, da tendência de dominação do espaço do valor de troca, o espaço abstrato, o espaço da expropriação. Ou seja, a diferença neste caso nasce dos conflitos e da luta, revelando a imprescindível dimensão política bem como a abordagem dialética de Lefebvre no desenvolvimento de sua teoria do espaço. Poder-se-ia dizer que Harvey - apesar de afirmar que as diferenças constituiriam “um terreno para contestação”,

aproximando-se da dimensão política da análise Lefebvriana -, prevê um cenário acabado (diferenças geográficas de “tipo benigno”), o que limita suas contribuições para a construção teórica. Para Lefebvre, no entanto, tais limitações não existem, uma vez que trabalha com uma virtualidade urbana⁶ ao invés de um cenário provável.

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE OS PROCESSOS SOCIOESPAIAIS: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Reafirmando-se o que foi dito na introdução a este artigo, a busca de um referencial teórico-metodológico, ajudada pelas reflexões até aqui apresentadas não pressupõe a existência de uma teoria única, com poder explicativo sobre todas as transformações socioespaciais observadas. No entanto, sugere-se que certos princípios teóricos, de inspiração marxista, seriam capazes de se constituírem em pilares da produção do conhecimento do chamado modo capitalista de desenvolvimento e de suas manifestações sociais e espaciais.

Não se pode negar que outras construções teóricas, apesar de criticadas e abandonadas em momentos anteriores, têm também contribuído para o entendimento das manifestações socioespaciais. São exemplos disso os escritos de Perroux, com seus fluxos econômicos entre pólos de crescimento econômico globalizados, os *insights* sobre a metrópole e vida mental de Simmel e, até mesmo a amplamente criticada sociologia urbana da Escola de Chicago, com suas análises culturais e espaciais.

Observa-se, por exemplo, que David Harvey, em sua excelente introdução a *The Urban Experience*, mesmo declarando sua opção pela “meta-teoria Marxiana [‘Marxian’]”, sugere que existem outras meta-teorias do processo urbano. No entanto, diferentemente das várias leituras parciais e fragmentadas do processo urbano, Harvey afirma que em relação aos esquemas teóricos que procuram vê-lo por meio de uma forma de concepção integradora, são poucas as opções disponíveis. Em suas próprias palavras: “As opções aqui são mais limitadas – deveríamos privilegiar Marx, Weber, Durkheim, Simmel ou os sociólogos de Chicago?”. Adotar uma dessas meta-teorias, Harvey afirma, significará certamente ver o processo urbano através de lentes que captam crenças de seus autores assim como preocupações do momento histórico em que foram formuladas. Concluindo, Harvey reconhece que o seu esquema teórico “será político e social, influenciado por crenças e propósitos assim como por uma luta sem fim para alcançar ferramentas mais poderosas para a explicação”. Harvey justifica sua opção pelo Marxismo por ele ter “a potencialidade (...) de captar questões tão diversas quanto formação do ambiente construído e desenho arquitetônico, cultura de rua e micro-política, economia urbana e política assim como o papel da urbanização na rica e complexa geografia histórica do capitalismo” (1989: 2-3).

⁶ Mais bem desenvolvida em *A Revolução Urbana* (Lefebvre, 1999).

Não estão certamente incluídas neste reconhecimento da contribuição de certas construções teóricas, aquelas baseadas em princípios positivistas que, com suas visões lineares, não teriam poder explicativo sobre os processos socioespaciais. No entanto, alguns modelos desta linha de pensamento, enquanto instrumentos, têm também contribuição a dar ao processo de entendimento da organização socioespacial, na forma de tratamento de dados estatísticos e de organizações cartográficas que ajudam visualizar fenômenos e evidenciar análises. Refere-se aqui, por exemplo, a modelos como o de potencial ou gravitacional ou a outros modelos que contribuam para a organização de informações sobre fluxos de várias naturezas, que estariam na base da dinâmica sócio-econômica e espacial dos diversos momentos do processo de expansão capitalista. Não se pode esquecer também os avanços alcançados pelos esquemas cartográficos nos últimos anos, em especial por meio dos sistemas GIS. Finalmente, deve-se mencionar a contribuição de textos descritivos para a produção do conhecimento. São textos sobre a observação da realidade, que, na verdade, estão implicitamente baseados em teorias com poder explicativo. Um bom exemplo disso são as narrativas histórico-espaciais de Hobsbawn, sobre as transformações no mundo capitalista desde a revolução industrial até o fim do último século. Inclui-se também neste tipo de texto, as descrições feitas por Engels em relação às condições de vida da classe operária em Manchester nas fases da revolução industrial ou ainda o texto de Harvey sobre o processo construção da Basílica do Sagrado Coração em Paris (1989: 220-228).

Diante deste conjunto de propostas teórico-metodológicas sugeridas, pergunta-se se Topalov (1988) teria razão ao identificar uma possível crise na produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais (urbanos). Topalov refletiu sobre esta hipótese em sua avaliação da experiência francesa de pesquisa urbana no período de 1965 a fins dos anos oitenta.

Segundo esse autor, a crise se manifestava em três níveis naquele momento: o objeto da pesquisa urbana havia se dissipado, as instituições responsáveis por tais pesquisas se esfacelaram e os conceitos teóricos se esgotaram. Era um momento de reflexão sobre as possibilidades do paradigma de inspiração marxista, que havia tido um período relativamente longo de hegemonia em termos de análise urbana. (...) A crise, segundo o autor, fez com que ressurgissem velhos conceitos e teorias, cuja principal marca era o abandono dos fenômenos macrosociais e o conseqüente favorecimento do “objeto local”, do “microsocial” e do “cotidiano”. Suas indagações sobre “em qual direção irão os desenvolvimentos em curso”, continuam até o presente momento sendo motivo de discussões e debates. Topalov conclui seu artigo dizendo que para ele parece claro que “os paradigmas que emergiram deste questionamento não adquiriram ainda o alcance e a influência dos precedentes” (Costa, 1999).

Partindo-se desta hipótese de crise, desenvolveram-se reflexões (Costa, 1999) considerando-se duas passagens nas quais poderiam estar sendo observados questionamentos ou impasses no avanço da produção do conhecimento dos processos socioespaciais: das abstrações filosóficas para proposições teóricas concretas e da teoria para as propostas de práticas de mudança social. A revisão de contribuições de alguns autores em torno da primeira passagem, especialmente Lefebvre, sugere que se este autor fosse ainda vivo diria que tal impasse ou crise não existe. Tal convicção encontra suporte na forma dialética e integrada como Lefebvre desenvolve sua análise de produção do espaço e da *praxis* socioespacial. Em síntese, pode-se dizer que a reflexão desenvolvida enfatiza, além da importância da contribuição teórica de Lefebvre em si, o seu potencial para estabelecer hipóteses e suporte teórico-metodológico para análises empíricas dos processos socioespaciais.

O esquema mostrado na Figura 1, representando a “produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais (urbanos)” contribui para ampliar as reflexões acima apresentadas. Na coluna, que vai do pensamento filosófico até os resultados de pesquisas empíricas, estão representados os vários momentos da produção do conhecimento onde poderiam eventualmente estar presentes crises ou incertezas.⁷ O momento principal refere-se certamente a uma proposição teórica que dê suporte tanto aos avanços na produção do conhecimento quanto à identificação de possibilidades de mudança social. Uma outra coluna, que incluísse a *praxis* socioespacial, especialmente os movi-

Figura 1 - Produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais (urbanos)



⁷ A coluna é uma adaptação de esquema apresentado por Ed Soja no 6º. Encuentro de Geógrafos de America Latina, realizado na cidade de Buenos Aires, em 1997.

mentos sociais (urbanos) e as práticas governamentais e do chamado terceiro setor, poderia ser acrescida ao esquema da Figura 1, mostrando neste caso não apenas as reflexões teóricas sobre as possibilidades de mudança social, mas as próprias ações que estariam contribuindo para este tipo de mudança ou que se caracterizariam como embriões de processos mais amplos de transformação social. Tratar-se-ia neste caso de refletir sobre práticas como forma de se repensar as possibilidades da teoria. Apesar da importância deste tipo de reflexão para os propósitos deste artigo, ela não será aqui elaborada, justificando-se esta decisão principalmente pelo fato de as pesquisas do autor sobre estas práticas ainda estarem em processo de realização.

Antes de prosseguir nesse processo de reflexão, cabe uma advertência: a seqüência apresentada do topo à base da coluna representa momentos relevantes para a produção do conhecimento, mas não sugere que esta seqüência expressa passos a serem obrigatoriamente seguidos em sua totalidade.

Partindo-se, portanto, da hipótese de uma crise na produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais, ela poderia estar representada pelas dificuldades que as atuais abordagens teóricas e metodológicas de análise espacial teriam para transpor a coluna representada na Figura 1. Tais abordagens vêm sendo desenvolvidas, de acordo com Fainstein (1997), por meio de três tendências principais: as análises baseadas na economia política, as interpretações pós-estruturalistas e o que denominam populismo urbano (Costa, 1999).⁸

Acredita-se, no entanto, que para alguns autores a crise não existe, mesmo porque suas intenções não eram as de explicar e entender os processos socioespaciais. Seriam aqueles que passaram ao largo dos avanços teóricos a partir dos anos sessenta em relação a esta questão, a exemplo dos positivistas. Para estes, talvez tenha havido somente uma maior complexidade na construção de modelos e fórmulas, exigindo a introdução de novas variáveis e de técnicas mais avançadas de cálculos, propiciadas pelas descobertas da ciência computacional. No outro extremo, o impasse também não existe para aqueles marxistas ortodoxos que acreditam unicamente no determinismo econômico na análise do capitalista. A crise também não existiria para o enfoque do populismo urbano, uma vez que tal enfoque se caracteriza mais como uma crença do que como uma teoria: crença na democracia e nos direitos individuais como valores centrais (Fainstein, 1997).

O que dizer dos pós-estruturalismo? Concorde-se com Fainstein, que apresenta de forma muito clara sua crítica a respeito da insuficiência deste enfoque: “Pós-estruturalismo”, ela afirma, “é um termo impreciso que abarca uma variedade de formulações que enfatizam contingência sobre estrutura no processo de explicar resultados” e que,

⁸ Boa parte das reflexões a seguir apresentadas estão contidas em Costa (1999), alguma vezes literalmente, em outras com modificações e ampliações propiciadas pelas possibilidades postas pelo esquema apresentado na Figura 1.

portanto, resulta em explicações reducionistas. Continuando em sua conceituação do enfoque, a autora diz que “Cultura mais que economia torna-se origem de identidade política no pensamento pós-estruturalista. Indivíduos existem como membros de grupos sócio-culturais dos quais eles obtêm suas identidades, derivam seu ‘welfare’ e constroem estratégias de resistência e ações objetivas”, de caráter intencional. Nesta categoria pós-estruturalista estão incluídas as análises de comunidades, de identidade sócio-espacial, do cotidiano, bem como os estudos não necessariamente urbanos ou regionais a respeito de gênero, raça e cultura em geral. Numa avaliação sintética deste tipo de análise, Fainstein escreve: “De fato, no seu esforço para transcender o reducionismo econômico marxista, os pós-estruturalistas parecem ter abandonado tanto a análise econômica quanto o reconhecimento dos interesses de classe” (Fainstein, 1997: 25-30). É preciso ficar claro, no entanto, que as análises pós-estruturalistas, na medida em que conseguem fazer furos no muro, uma metáfora para a coluna da Figura 1, trazem importantes contribuições para o avanço do conhecimento dos processos socioespaciais. Além disso, na medida em que enfatizam as diferenças, contribuem para a identificação de possíveis práticas socioespaciais. As práticas de pesquisa, mesmo com resultados às vezes parciais e ainda não ampliados pela crítica teórica, também contribuem para a produção do conhecimento.

A hipótese da crise ou impasse está mais claramente presente nos textos de certos autores que acreditam no potencial da produção do conhecimento para o processo de mudança social. São autores que vêm insistindo no poder explicativo do enfoque da economia política urbana e que colocam o socialismo como um projeto político a ser perseguido. É este aspecto da questão que dá a idéia de uma crise ou de incertezas. No campo teórico, a crise estaria relacionada à passagem do pensamento filosófico para a proposição teórica. Outras dificuldades estariam na passagem de formulações teóricas concretas para a identificação de possibilidades de práticas de mudanças sociais. A este respeito, Harvey (1996:433) observa: “A dificuldade é, como sempre, encontrar tanto a retórica quanto os meios tangíveis para colocar juntas forças opositoras divergentes engajadas na luta anti-capitalista”.

Em textos de Ed Soja, constata-se que as dificuldades estariam relacionadas à busca de um novo status ontológico para espaço na análise dos processos socioespaciais. Isto está expresso tanto em sua discussão sobre a dialética sócio-espacial (Soja, 1993), quanto em um de seus mais recentes livros (Soja, 1996). Discutindo a dialética sócio-espacial, por meio da contribuição de autores como Castells, Mandel e, principalmente Lefebvre, Soja oferece boa contribuição ao avanço do conhecimento em relação aos processos espaciais. Seus argumentos sobre a importância do espaço enquanto uma dimensão comparável a outras como as forças produtivas e as relações sociais da sociedade são bem elaboradas. Em *Terceiro Espaço (Thirdspace)*, no entanto, sua tentativa de avançar para além daquela visão dialética, sugerindo uma “trialeítica” a ser explorada entre espacialidade-historicidade-sociabilidade, não repre-

sentou avanços. Além disso, em *Thirdspace* Soja sugere que estaria, a exemplo de Lefebvre, trabalhando no campo de uma metafilosofia, onde o prefixo *meta* teria mais o sentido de *além* (beyond) do que de *depois* (after). No entanto, o que se observa é que Soja não foi bem sucedido em sua tentativa de propor um novo status ontológico para espaço, trilhando os caminhos de baixo para cima - da teoria para o pensamento filosófico -, ou permaneceu atado à epistemologia vigente, sem perspectivas de avanços significativos.

Finalmente, algumas considerações sobre a inserção da contribuição de Lefebvre a essa discussão sobre os processos socioespaciais.⁹ Em primeiro lugar, sugere-se que a teoria sobre a produção do espaço de Lefebvre (1993) dificilmente pode ser estritamente identificada com qualquer dos enfoques apresentados por Fainstein (1997). Por um lado, no entanto, alguns autores, a exemplo de Soja (1996), propõem que o pensamento de Lefebvre estaria na origem do pós-modernismo, talvez pela centralidade do conceito de espaço diferencial em suas reflexões sobre as possibilidades de transformações sociais. Segundo Lefebvre (1993: 52), “uma vez que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças ou particularidades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que acentue diferenças”. Continuando, Lefebvre afirma que o espaço socialista será um espaço de diferenças. No entanto, este espaço de diferenças é, para Lefebvre, um espaço que emerge dos conflitos e das contradições do espaço produzido pelo e para o capitalismo e não somente um espaço formado a partir de identidades culturais historicamente constituídas.

Por outro lado, a teoria de espaço de Lefebvre, apesar de ser totalizante, não pode ser igualada a certas abordagens da chamada economia política urbana que, no processo de entender a formação do ambiente construído como suporte ao processo de acumulação, terminam por negligenciar a dimensão política do processo de produção do espaço. Além disso, a economia política urbana focou em fenômenos datados, em certo momento do capitalismo, quando a concentração espacial das condições gerais de produção e da força de trabalho em grandes aglomerações urbanas era imprescindível para o processo de acumulação e reprodução do capital. A teoria de espaço de Lefebvre não contradiz a economia política urbana, mas ao partir de uma outra ontologia, constrói uma interpretação para os processos socioespaciais que não é datada e incorpora a dimensão política da questão, introduzindo o conceito de *praxis* socioespacial.

Referindo-se ao esquema apresentado na Figura 1 sugere-se que as reflexões de Lefebvre situam-se essencialmente nos momentos do pensamento filosófico e da teoria. Em outro trabalho (Costa, 2003a: 13) alertava-se para o risco de se criarem categorias de análise empírica a partir dos vários “espaços” mencionados

⁹ Contribuições da teoria sobre a produção do espaço de Lefebvre para o conhecimento dos processos socioespaciais foram desenvolvidas em Costa (1999, 2003a).

por Lefebvre (1993) ao longo do seu texto. Tais “espaços” constituem de fato recursos analíticos utilizados pelo autor para a construção de uma teoria única sobre a produção do espaço, não podendo ser interpretados como autônomos e passíveis de se constituírem em categorias para a pesquisa empírica. Enfim, a contribuição de Lefebvre é essencialmente teórica e é nesta dimensão do conhecimento que se encontra a sua excelente contribuição para o entendimento dos processos socioespaciais. Não se trata de um “sistema fechado” como bem afirmam Kofman & Lebas (1996: 8): “Ser Lefebvriano, tem que ser dito, é mais uma sensibilidade do que um sistema fechado; e de fato, muitos têm achado seus *insights* teóricos difíceis de serem aplicados devido à fluidez, dinâmica e abertura de seu pensamento”.

ANÁLISE DE PROCESSOS SOCIOESPACIAIS: CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS A PARTIR DA TEORIA E DE RESULTADOS DE PESQUISAS

Resumo: Este trabalho visa refletir sobre diferentes enfoques teórico-metodológicos que orientam a pesquisa em diversas disciplinas, visando a produção do conhecimento sobre os processos socioespaciais. Por processos socioespaciais entende-se tanto a produção social do espaço no capitalismo quanto as formas de intervenção estatais, passando pelas formas de sua estruturação funcional e territorial (social).

Palavras-chave: processos socioespaciais, teoria do conhecimento.

SOCIOSPATIAL PROCESS ANALYSIS: METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS FROM THEORY AND RESEARCH OUTCOMES

Abstract: This paper aims to discuss different theoretic-methodological approaches guiding research in many disciplines, aiming to produce knowledge about sociospatial processes. By sociospatial processes we understand both the social production of space under capitalism and ways State intervenes, including ways of your functional and territorial (social) structuration.

Keywords: Sociospatial processes, theory of knowledge.

BIBLIOGRAFIA

- CASTELLS, M. 1977. *The urban question: a marxist approach*. London: Edward Arnold.
- _____. 1996. *The rise of the network society*. Massachussets: Blackwell Publishers.
- COSTA, G. M. 1979. *Processo de formação das cidades mono-industriais – um estudo de caso*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ. (Tese de Mestrado).
- _____. 1986. Consumo coletivo e a questão urbana: notas para discussão. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v.1, n.3, p.164-174, set./dez. 1986.
- _____. 1991. Teoria, pesquisa, problemas e planejamento urbanos no Brasil. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v.6, n.1, p.48-58.

- _____. 1992. Impactos de grandes projetos industriais: desorganização/reorganização espacial dos processos econômicos e populacionais. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, *Anais...* Campinas: ABEP. v.3, p.43-63.
- _____. 1996. A produção do espaço urbano sob o impacto da indústria globalizada: um estudo de caso. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu/MG. *Anais...* São Paulo: ANPOCS. (Disquete, n.p.).
- _____. 1998. “New” old forms of urbanization in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, Brazil. In: 94th ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. Boston.
- _____. 1999. Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse? Artigo apresentado no VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Porto Alegre, 24-28 de maio de 1999.
- _____. 2003a. A contribuição da teoria de espaço de Lefebvre para a análise urbana. In: Limonad, E. *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre*. Niterói: GECEL-UFF, 2003 (Livro eletrônico - CD Rom e disponível no site www.anpur.org.br).
- _____. 2003b. Conseqüências sócio-espaciais de grandes projetos industriais: o caso da Fiat Automóveis, Betim/Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: Gonçalves, M. F.; Brandão, C. A.; Galvão, A. C. (orgs). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-industrial*. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003, pp. 449 - 464.
- FAINSTEIN, S. 1997. Justice, politics and the creation of urban space. In: MERRIFIELD A., SWYNGEDOUW, E. 1997. *The urbanization of injustice*. New York: New York University Press. p.18-44.
- GOTTDIENER, M. 1985. *The social production of urban space*. Austin: University of Texas Press.
- HARVEY, D. 1989. *The urban experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- _____. 1996. *Justice, nature and the geography of difference*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- HOBBSBAWM, E. 1979. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOFMAN, E., LEBAS, E. (Eds.). 1996. *Writings on cities: Henri Lefebvre*. Cambridge: Blackell Publishers.
- KOWARICK, L. 1974. *Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica*. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências. p.77-96. (Estudos CEBRAP, 8).
- _____. 1975. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 1979. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. 1979. Space: social product and use value. In: FREIBERG, J. (Ed.).

1979. *Critical sociology: european perspective*. New York: Irvington Publishers.
- _____. 1993. *The production of space*. Oxford: Blackwell.
- _____. 1999. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LU, M. 1987. *Os grandes projetos da Amazônia: integração e sub-desenvolvimento*. Belém: UFPA/NAEA. p.128-148. (Cadernos NAEA 9).
- MASSEY, D. 1994. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minneapolis Press.
- MERRIFIELD, A. 1997. Between process and individualism: translating metaphors and narratives of urban space. *Antipode*, v.29, n.4, p.417-436, Oct. 1997.
- SANTOS, M. 1994. O retorno do território. In: SANTOS et al. (Org.). 1994. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC / ANPUR. p.15-20.
- _____. 1996. *A natureza do espaço — técnica e tempo — razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC.
- SOJA, E. 1993. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1996. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- TOPALOV, C. 1988. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates*, ano VIII, n.23, p.05-30.